

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de Reais

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	2010	2009	01/01/2009		2010	2009	01/01/2009
Circulante	7.723	14.717	17.258	Circulante	69.880	47.173	85.382
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo	7.432	6.005	619	Exigível a Longo Prazo	108.395	114.269	96.139
Investimentos	17.865	17.729	17.764	Total não Circulante	108.395	114.269	96.139
Imobilizado	88.194	92.029	94.837	Patrimônio Líquido	(57.034)	(30.926)	(51.025)
Intangível	27	36	18	Total do Passivo e Patrimônio Líquido ...	121.241	130.516	130.496
Total não Circulante	113.518	115.799	113.238				
Total do Ativo	121.241	130.516	130.496				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de Reais

	2010	2009	Ajustado
Receita Operacional Bruta	51.573	58.418	58.418
Receita Operacional Líquida	40.051	45.418	45.418
Lucro Bruto	605	1.960	1.960
Receitas (Despesas) Operacionais	(13.008)	38.340	38.340
Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Receitas (Despesas) Financeiras	(12.403)	40.300	40.300
Despesas Financeiras Líquidas	(14.772)	(21.273)	(21.273)
Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.175)	19.027	19.027
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.066	1.072	1.072
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(26.109)	20.099	20.099
Lucro (Prejuízo) do Exercício por Lote de Mil Ações - R\$	(27,20)	20,94	20,94

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da companhia submete aos Senhores Acionistas e a terceiros interessados, à apreciação do Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. O relatório é constituído das peças contábeis já de acordo com a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, convergindo às 11 demonstrações contábeis para IFRS de acordo com as novas regras advindas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei das sociedades por ações - Lei nº 6.404/76, alterada parcialmente pela Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Estas são as primeiras demonstrações contábeis

apresentadas pela Companhia de acordo com os CPCs e IFRS. As principais diferenças entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e o IFRS, incluindo a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado.

ADOÇÃO INICIAL DO IFRS

a. Base de transição para IFRS: Em todos os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil até então vigentes. As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IFRS.

• Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura,

após adoção das novas normas contábeis, em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial originalmente publicado, preparado de acordo com as normas anteriormente vigentes, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

• Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas informações Trimestrais (ITR) utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Por este motivo irá dentro do prazo estabelecido pela Deliberação nº 656 de 25 de janeiro de 2011 reapresentar os ITRs utilizando os CPCs e Deliberações da CVM aprovados até 31 de dezembro de 2010.

b. Custo Atribuído: A Companhia apurou o valor de seus ativos imobilizados e utilizou esse valor como sendo o custo atribuído desses ativos e revisão da vida útil-econômica estimada dos bens do ativo imobilizado.

DIRETORIA
DORLY SCHLÖSSER
 Presidente

JOÃO BECKHAUSER
 Vice Presidente e Diretor de Relações com Investidores

MAURICIO GRAF
 Contador CRC/SC nº 16.091/O-3

Nota: As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO Auditores Independentes e de acordo com o artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores estão sendo publicadas na íntegra, nesta data, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.